

Realizou-se no passado dia 31 de Maio o Encontro Nacional do PCP com o tema “Por uma Escola Pública de qualidade e gratuita ao serviço do País e dos portugueses”. O objectivo do Encontro foi afirmar a importância da escola pública e sublinhar o seu carácter estratégico para o desenvolvimento do País, através de uma proclamação em sua defesa que foi debatida e aprovada, contando para isso com a participação de professores, estudantes, encarregados de educação e outros profissionais do sector.

O debate realizado denunciou o ataque à Escola Pública, por parte deste Governo. Através de exemplos concretos das escolas, foi analisado o processo de reconfiguração do Estado e a sua desresponsabilização face às obrigações constitucionais, que leva ao encerramento de mais de 2500 escolas, desenvolve um processo de privatização como acontece com as chamadas AEC's e afasta de forma desumana dezenas de milhar de alunos com necessidades educativas especiais das medidas de educação especial. Ainda no seio da discussão houve um forte repúdio à desvalorização social da profissão docente, com a imposição do Estatuto da Carreira Docente, que criou duas categorias, a existência de quotas na avaliação, o aumento do horário de trabalho e o agravamento da precariedade dos vínculos laborais.

No final do Encontro, Jerónimo de Sousa afirmou que a crescente mercantilização da educação é uma realidade que não se pode dissociar das políticas neoliberais que têm vindo a ser implementadas no país, num quadro mais geral de subordinação do poder político ao poder económico.

A proclamação aprovada defende que “a escola pública e gratuita é o modelo mais avançado e moderno, mais justo, mais livre e fraterno de organização do sistema educativo, é um factor necessário e imprescindível do desenvolvimento político, económico, social, cultural de Portugal, é um pilar da nossa soberania. Uma Escola para todos que garanta efectivamente o sucesso educativo e a formação integral dos indivíduos, que desenvolva o seu espírito crítico e que eduque para a participação democrática na vida social e política.”

Deste encontro saiu também uma saudação aos milhares de docentes que nas inúmeras acções lutaram pela dignificação da profissão e da Escola Pública e foi assumida a realização de um conjunto de iniciativas políticas em defesa da escola pública no início do próximo ano lectivo.

COMPROMISSO COM A LUTA

Sobre o Memorando de Entendimento assinado entre os Sindicatos e o Ministério da Educação, nós os professores comunistas, defendemos que o entendimento constituiu um momento de grande cedência por parte do Governo e permitiu criar novas condições para o desenvolvimento de novas lutas com o objectivo de alcançar reivindicações que ainda não foram satisfeitas e para as quais se irão colocar novas exigências na mobilização dos professores.

Será condição essencial para o sucesso da luta futura que os professores tenham uma palavra decisiva na sua participação e na exigência para que a direcção central do SPGL tenha uma atitude mobilizadora e não imobilista.

Não tendo o memorando de entendimento satisfeito todas as justas reivindicações dos professores, este foi um claro retrocesso por parte do Governo, com ganhos importantes para os docentes, que se podem resumir a algumas questões essenciais: o travar do processo de avaliação nos moldes que o ME estava a impor; o suprimir da discricionariedade no processo de avaliação no corrente ano lectivo; a supressão de algumas injustiças relativas ao processo de avaliação; a garantia da participação dos sindicatos no acompanhamento integral do processo de avaliação e a garantia de condições para a negociação das questões relativas a esta questão em concreto; alargamento do prazo para a constituição dos conselhos gerais transitórios.

Convém ainda relembrar a actuação despótica do Governo PS, e dos titulares de cargos governativos na Educação em específico, desde que tomaram posse. Com o passar do tempo (apesar de ter sido há apenas 3 anos) e o decorrer dos acontecimentos já muitos esqueceram o discurso que então o governo fazia para justificar todas as suas medidas impopulares - o da legitimidade do voto. Beneficiando de uma maioria absoluta tangencial (obtida também graças a uma gigantesca taxa de abstenção), José Sócrates e o PS aprofundaram as políticas de direita que, sob a égide da paranóia da contenção do défice e da redução da despesa pública, vinham sendo praticadas. No que respeita à Educação o cenário de crise deu lugar à catástrofe e assistimos nos últimos anos à prática de crimes nunca antes vistos contra a escola pública. Maria de Lurdes Rodrigues ignorou, em prol da sua obsessão pelo desfiguramento da educação de Abril, a voz dos professores e envergonhou a democracia ao chamar de negocial ao processo de alteração do Estatuto da Carreira Docente que impôs.

Depois de centenas as escolas que aprovarem posições contra o modelo de avaliação imposto, depois de milhares de professores participarem em concentrações por todo o país e da gigantesca manifestação que encheu o Terreiro do Paço de educadores e professores, muitos docentes pensaram que um marcar de posição

www.dorl.pcp.pt

s.intelectual@dorl.pcp.pt

Av^a da Liberdade, 170

Lisboa

213307000

professor comunista .blogspot.com